Exame de Direito dos Contratos Públicos

Mestrado Grelha de correcção

Analise criticamente duas das seguintes afirmações:

1. As políticas horizontais têm relevância não apenas no tipo de procedimento a adoptar, como também no critério de avaliação e ao nível de execução do contrato.

As políticas de inovação podem condicionar a adopção o diálogo concorrencial e a parceria para a inovação.

Ao nível dos critérios de avaliação avultam as políticas sociais e ambientais, designadamente no que toca à adopção do life-cycle e da contribuição para combate a desemprego de longa duração, por exemplo.

Ao nível da execução do contrato relevam requisitos que podem ser inseridos no Caderno de Encargos.

2. O preço base não é um limite absoluto à adjudicação; e para além disso pode ser ultrapassado em sede de execução do contrato, quer pelo regime dos erros e omissões, quer pelos trabalhos complementares, quer pela modificação unilateral, quer mesmo pela força maior e pela alteração de circunstâncias.

Analisar a possibilidade da revisão do CCP de ultrapassagem do preço base, indicar os casos e regime de identificação dos erros e omissões e dos trabalhos complementares e dissertar sobre o respectivo carácter cumulativo. Analisar os pressupostos da força maior e da alteração de circunstâncias e indicar a respectiva natureza, indicar a clara cumulatividade com as situações anteriores.

3. O Covid pode impactar nos contratos públicos como força maior, como facto do princípio e até mesmo como alteração de circunstâncias, dependendo do contexto. Não dá, contudo, sempre, um direito ao reequilíbrio do contrato.

Analisar as regras que determinam o direito ao reequilíbrio que embora com âncora e tutela constitucional (designadamente no direito de propriedade), não constitui regra geral (salvo para Pedro Melo, Menezes Cordeiro e parte limitada da doutrina). Indicar que o Covid enquanto força maior pode dar direito a reequilíbrio, dependendo do contrato (existem diferentes modelos contratuais). E indicar que pode em certos casos, quando as medidas ultrapassem a força maior constituir facto do príncipe, ou, em regra, e verificados os respectivos pressupostos, determinar imrpevisão e/ou alteração das circunstâncias.

4. A modificação objectiva e subjectiva dos contratos está sujeita a limites.

Analisar o limite da concorrência e do objecto do contrato, seja objecto mediato, seja conteúdo essencial e/ou tipo contratual.

No que toca aos limites subjectivos, citar Pressetext e Wall, e analisar os limites que determinam que se trata de nova adjudicação